



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones 19 e 57

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº.78/72-HJM

Cordeirópolis, 18 de dezembro de 1972

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Encaminhe-se à Comissão de Justiça e Redação

Sessão de 19 de Dezembro de 1972

1.º Secretário

Câmara Municipal de Cordeirópolis

Encaminhe-se à Comissão de Flanqueias e Urbanização

Sessão de 19 de Dezembro de 1972

1.º Secretário

Senhor Presidente:-

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

APROVADO em 1ª discussão.

Sessão de 19 de Dezembro de 1972

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

APROVADO em 2ª discussão.

Sessão de 19 de Dezembro de 1972

1.º Secretário

Pela presente, estamos encaminhando em apenso a essa Egrégia Câmara, para a alta apreciação dos nobres Edís, o PROJETO DE LEI Nº.77/72-P.M., desta data, que cria o distrito industrial de Cordeirópolis, estabelece incentivos para instalação de novas indústrias e dá outras providências.

Ao ensejo, reiteramos os nossos protestos de alta estima e profundo respeito.

Atenciosas Saudações

TELEFORO SANCHEZ FELIX  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

DR. CÁSSIO DE FREITAS LEVY

MD. Presidente da Egrégia Câmara Municipal de

CORDEIRÓPOLIS - S.P.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones 19 e 57

ESTADO DE SÃO PAULO

= PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS =

PROJETO DE LEI Nº.77/72-P.M., de 18 de dezembro de 1972

Cria o distrito industrial de Cordeirópolis, estabelece incentivos para instalação de novas indústrias e dá outras providências.

TELEFORO SANCHEZ FELIX, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis, aprovou e êle promulga e sanciona a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Fica criado o distrito industrial de Cordeirópolis, que será localizado nas proximidades do trevo da Via Anhanguera, onde se inicia a Via Washington Luiz, inicialmente em glebas de propriedade de Alcides Fantucci, Sucessores de Manoel Vieira Cardoso e da Companhia Agrícola Fazenda Itaporanga, conforme mapa de lavantamento planimétrico, já efetuado, e que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Parágrafo Único - Incorporam-se ao distrito outras áreas que, futuramente, viêrem a ser utilizadas ou necessárias à expansão e ampliação do parque industrial, a ser ali instalado, ficando sujeitas ao regime da presente lei.

Artigo 2º - Para a constituição do referido distrito fica a Prefeitura Municipal de Cordeirópolis autorizada a desapropriar, amigável ou judicialmente, as glebas referidas e outras que, futuramente, forem necessárias.

Artigo 3º - As empresas que pretenderem instalar suas indústrias no distrito, criado por esta lei, usufruirão das seguintes vantagens:

- a)-facilidade na compra do terreno ou doação do mesmo, conforme o caso;
- b)-isenção de impostos municipais pelo prazo de dez (10) anos, exceto quanto ao Imposto de Circulação de Mercadorias, na parte pertencente ao Município;
- c)-serviços de terraplenagem, condicionados às possibilidades e disponibilidades das máquinas existentes na ocasião.

Artigo 4º - A facilidade na aquisição do terreno consistirá na outorga de compromisso de venda e compra, ao preço de custo





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones 19 e 57

ESTADO DE SÃO PAULO

fls.02

continuação do Projeto de Lei nº.77/72 de 18/12/1972

mais despesas de desapropriação, com prazo para pagamento a ser fixado pela comissão a que se refere o artigo 7º da presente lei, após estudo da proposta apresentada.

Artigo 5º - A doação do terreno somente poderá ser feita mediante aprovação da proposta e parecer favorável da comissão, a que se refere o artigo 7º desta lei.

Parágrafo Único - As áreas, que forem objeto de venda e doação somente poderá ser desmembradas, incorporadas ou alienadas se os sucessores, a qualquer título, preencherem os requisitos da presente lei, obrigarem-se, expressamente, a cumprir os seus termos e aceitarem as condições estabelecidas.

Artigo 6º - As empresas - pessoa física ou jurídica - que pretenderem usufruir os benefícios da presente lei, deverão habilitar-se, através de proposta, encaminhada ao Prefeito Municipal na qual devem mencionar:

a)-a natureza jurídica da empresa, o capital integralizado e o tipo de indústria que vai instalar;

b)-a área a ser ocupada;

c)-os planos econômicos, técnicos e financeiros do empreendimento, cronograma das obras e das instalações, data do início do funcionamento e outros informes ou esclarecimentos julgados necessários;

d)-a estimativa do faturamento nos cinco anos seguintes ao início do funcionamento e a mão de obra aplicável;

e)-os esclarecimentos ou projetos sobre controle da poluição.

Parágrafo Único - Serão rejeitadas, liminarmente, as propostas das empresas, cujas indústrias forem consideradas poluentes, a critério da comissão, a que faz referência o artigo seguinte.

Artigo 7º - Para exame das propostas, elaboração de parecer sobre as empresas habilitadas e demais atribuições previstas nesta lei, fica o Prefeito Municipal autorizado a constituir comissão, da qual farão parte, além do Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal, membros representativos das classes produtoras, associações e órgãos de classe do Município e pessoal técnico, a critério do Chefe





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones 19 e 57

ESTADO DE SÃO PAULO

fls.03

continuação do Projeto de Lei nº.77/72 de 18/12/1972

Artigo 8º - A aprovação das propostas, por parte da Prefeitura, mesmo com parecer favorável da comissão, dependerá sempre, de referendo da Câmara Municipal, ficando, expressamente vedada a concessão de quaisquer vantagens desta lei às empresas cujas propostas obtiverem parecer contrário da Comissão referida no artigo anterior.

Artigo 9º - As empresas habilitadas perderão o direito aos benefícios instituídos por esta lei se:

- a)-paralizarem suas atividades ou as reduzirem em mais de cinquenta por cento, durante mais de seis meses, salvo motivo de força maior;
- b)-descumprirem as condições estabelecidas no processo de habilitação e de conformidade com a proposta apresentada;
- c)-impossibilitarem o Município de receber sua participação no Imposto de Circulação de Mercadorias sobre o faturamento, produção ou atividade e, bem assim, se o valor dessa participação não cobrir, no prazo de cinco anos, o custo do imóvel;
- d)-deixar de recolher, em Cordeirópolis, o Imposto de Circulação de Mercadorias e outros, devidos aos cofres públicos, ainda que a sede da empresa seja localizada em outra cidade.

Artigo 10 - A infração dos dispositivos desta lei, por parte de qualquer empresa, e, bem assim, a ocorrência de qualquer das hipóteses do artigo anterior importará na perda das vantagens, ora instituídas, ficando a empresa, além disso, obrigada a:

- a)-reverter ao patrimônio do Município a área de terreno recebida em doação, se nela não houver construído as benfeitorias, mencionadas na proposta, e dentro do prazo, ali previsto;
- b)-efetuar o pagamento do terreno, se houver nêle iniciado as construções, compreendido no preço, o custo da desapropriação, a correção monetárias, os juros de mora e as benfeitorias que houverem sido feitas pela Prefeitura.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Praça Francisco Orlando Stocco, 35 - Fones 19 e 57

ESTADO DE SÃO PAULO



fls.04

continuação do Projeto de Lei nº.77/72 de 18/12/1972

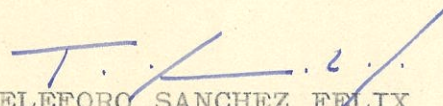
Parágrafo Único - Se o inadimplemento ou violação da lei ocorrer por parte da empresa, cujo terreno haja sido adquirido a prazo, rescinde-se o compromisso, de pleno direito, sujeitando-a, em consequência, ao pagamento imediato do saldo devedor, acrescido das despesas de benfeitorias, que, pela Prefeitura, houverem sido feitas.

Artigo 11 - Nas hipóteses previstas na alínea b e parágrafo Único do artigo anterior, se a empresa estiver produzindo, será deduzido, de seu débito, o valor correspondente à parcela do Imposto de Circulação de Mercadorias que a Prefeitura houver recebido em decorrência de seu faturamento.

Artigo 12 - Nenhuma empresa poderá desmembrar, incorporar, alienar e permutar, ceder ou transferir os direitos e obrigações, que derivam da presente lei sem que, aos sucessores seja dado expresso conhecimento dos seus termos.

Artigo 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, aos 18 de dezembro de 1972.

  
TELEFORO SANCHEZ FELIX  
Prefeito Municipal

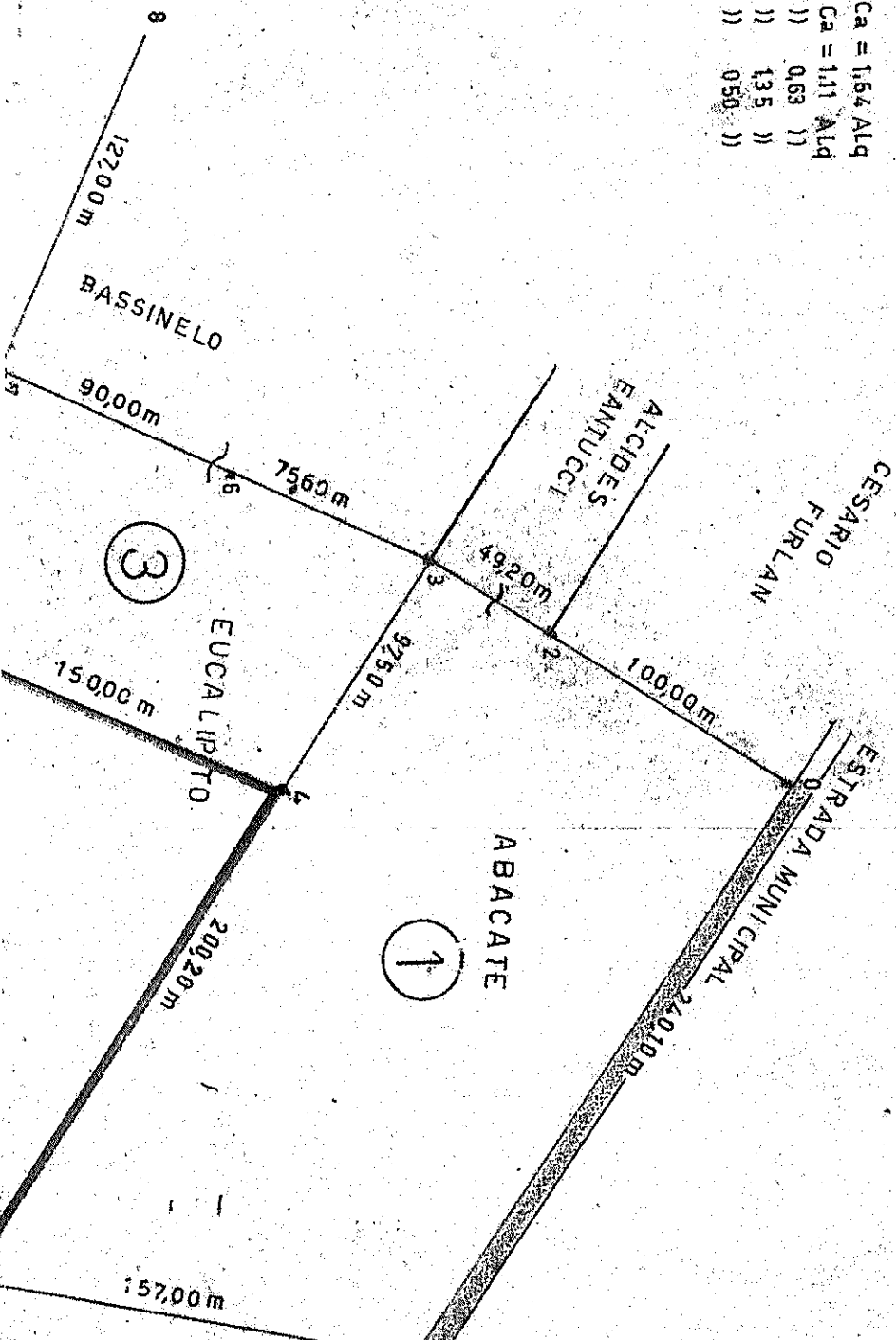
# LEVANTAMENTO PLANIMETRICO

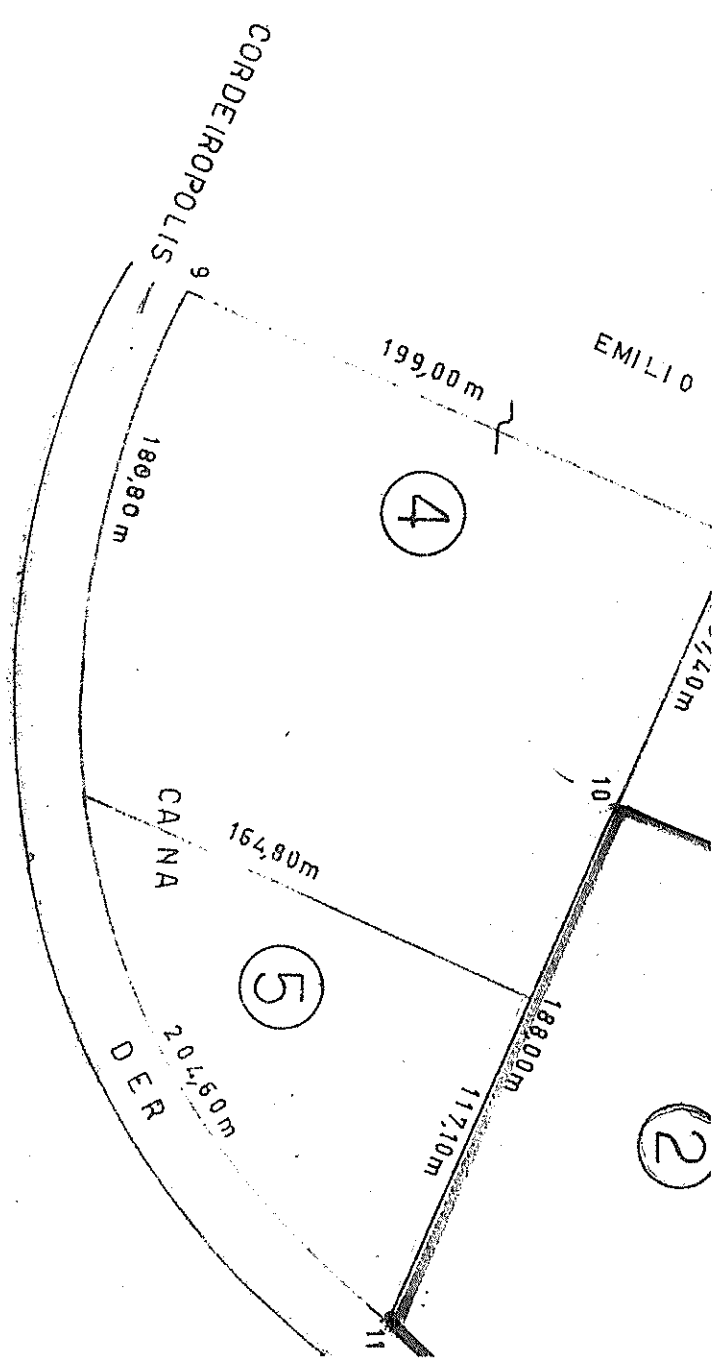
ATRO PEROBAS CIDADE CORDEIROPOLIS  
OVERNO TELESFORO SANCHES FELIX

REA 12 Ha ou 5,23 Alq 66a 30ca

## LEGENDA

LEBA1 PRO. ALCIDES FANTUCCI AREA 3 Ha 98a 40Ca = 1,64 Alq  
LEBA2 )) HERDEIROS CARDOSO )) 2 Ha 68a 50Ca = 1,11 Alq  
)) 3 )) EMILIO BASSINELO )) 1 )) 53 )) 00 )) 0,63 ))  
)) 4 )) )) )) 3 )) 25 )) 40 )) 1,35 ))  
)) 5 )) )) )) 1 )) 21 )) 00 )) 0,50 ))  
TOTAL GERAL AREA = 12Ha 66a 30Ca = 5,23 Alq





ESCA 1:2500

Resp. Lorenzo Le  
CREA 16090 T